

Governo avalia vetos ao licenciamento ambiental

Segundo Marina Silva, tendência é presidente vetar trechos

Por Karoline Cavalcante

Diante da aprovação do Projeto de Lei 2159/21, que estabelece regras gerais para o licenciamento ambiental, na madrugada desta quinta-feira (17), pela Câmara dos Deputados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que o governo considera vetos ao texto.

Segundo ela, desde o início ficou claro que o Executivo atuaria para preservar as regras atuais. O projeto agora aguarda sanção presidencial.

“Nós estávamos o tempo todo em diálogo, o Ministério do Meio Ambiente, a Casa Civil, o Ministério de Relações Institucionais, e já havia sido sinalizado por nós três que, não sendo reparadas as medidas que desmontam o licenciamento com a radicalidade com que foi aprovado ontem à noite no Congresso, o governo não tinha compromisso com sanção de nenhuma dessas medidas”, explicou a chefe da Pasta.

Para a ministra, qualquer eventual alternativa será construída com base no diálogo com o Congresso Nacional. Entre as possibilidades estão a apresentação de um novo projeto de lei, a edição de uma medida provisória ou até o questionamento da constitucionalidade do texto aprovado.

“Agora, prejudicar a proteção e décadas de funcionamento da lei do licenciamento em um piscar de olhos, de madrugada, por votação remota, realmente é algo que é impensável num contexto como o que nós estamos vivendo”, pontuou a ministra do Meio Ambiente. As declarações foram feitas ao jornal O Globo.



Lula Marques/Agência Brasil

Marina: votação na madrugada foi “impensável”

Críticas

As críticas também partiram de entidades do setor. Em nota, a organização não governamental WWF (World Wide Fund for Nature, ou Fundo Mundial para a Natureza) classificou o projeto de lei como a maior licença dos últimos 40 anos no Brasil para destruir o meio ambiente, cujos “danos serão irreversíveis”.

No documento, a entidade defende o veto integral ao texto, como forma de evitar uma tragédia sem precedentes “em pleno ano da COP30” — a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que será realizada em Belém (PA).

“Em uma ironia de mau gosto, o PL da Devastação deruba mecanismos importantes da Lei da Mata Atlântica no Dia de Proteção das Florestas, colocando em risco o bioma mais desmatado do país. Além disso, a fiscalização dos empreendimentos passa a ser por

amostragem e baseada apenas em relatórios dos próprios empregadores, o que fragiliza o controle ambiental pelos órgãos públicos”, diz o trecho da nota do WWF.

Apoio

Para o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), o novo modelo de licenciamento representa um aperfeiçoamento da legislação, com o objetivo de destravar investimentos, reduzir a burocracia e gerar oportunidades e renda para o país.

O apoio ao projeto veio também de integrantes da Esplanada. O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), afirmou concordar com alguns pontos do PL e defendeu que sejam realizados estudos sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

“O projeto é muito amplo, eu defendo alguns pontos, por exemplo: tem um artigo

que diz que a rodovia que já foi asfaltada no passado, ela não precisa ter o mesmo licenciamento de uma rodovia que nunca foi asfaltada, eu concordo com isso. Defendo que em casos específicos, o governo possa agilizar a decisão do licenciamento ambiental”, afirmou o ministro à CNN. O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, já havia se manifestado anteriormente de forma favorável ao tema.

PL aprovado

O novo marco do licenciamento ambiental aprovado cria a Licença Ambiental Especial (LAE), que poderá ser concedida mesmo para empreendimentos de alto impacto, desde que considerados estratégicos pelo governo, com análise simplificada e prioridade sobre outras licenças. Também institui a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que dispensa estudos de impacto para atividades de menor porte e risco.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Motta mostrou que Planalto precisa negociar

Governo avalia que jogo no Congresso ainda é duro

O veto de Lula (PT) ao aumento do número de deputados federais, a vitória do governo no Supremo Tribunal Federal no caso do IOF e aprovação, pela Câmara, do uso de R\$ 30 bilhões para socorrer o agronegócio ressaltaram que a relação entre os poderes continua tensa.

Na avaliação de um petista com acesso ao presidente, os gols marcados pelo Planalto nas últimas

semanas não resolveram a relação com o Congresso Nacional — um dos alvos da campanha de petistas em redes sociais.

Ressalta que o mais importante foi o governo sair da defensiva em relação ao IOF e ter marcado posição firme contra o aumento das tarifas definido por Donald Trump. Medidas que ajudaram a reverter a queda de popularidade de Lula.

Paz distante

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), mostrou que faz jogo duro. Ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), até mudou de tom no caso Trump e engrossou o coro contra os EUA — mas a paz com o governo ainda está longe.

Acordo verde

O próximo teste será em relação a eventuais vetos ao chamado PL da Devastação, aprovado pelo Congresso. O governo não fez pressão contra, mas sentiu a reação de setores da sociedade. Tentará um acordo para diminuir os danos, até por estar às vésperas da COP30.

Secom



Governador não é preferido de eleitores de Bolsonaro

Pesquisa: bolsonaristas resistem a Tarcísio

As divergências em torno da retaliação de Trump ao Brasil agravaram a desconfiança de simpatizantes de Jair Bolsonaro em relação a Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Dados da pesquisa Quaest divulgada ontem mostram que, entre os eleitores autodeclarados bolsonaristas, apenas 20% acham que o ex-

presidente deve apoiar o governador de São Paulo para o Palácio do Planalto em 2026.

Entre os integrantes desse grupo, 33% preferem a candidatura de Michele Bolsonaro, que não tem qualquer experiência na política. Depois vem o deputado licenciado e autodeclarado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), com 22%.

Divergências

A mesma pesquisa revela o tamanho do impasse na oposição: Tarcísio é o favorito, com 33% das indicações, entre os eleitores que se consideram à direita, mas não bolsonaristas. A maioria deles — 52% — acha que o ex-presidente sequer deveria se candidatar, mesmo se pudesse.

Teto de Lula

Um ponto parece pacífico — tudo indica que o país vai continuar polarizado. Líder num eventual segundo turno em todos os cenários da pesquisa, o presidente Lula teria entre 41% e 43% dos votos. Atinge a maior pontuação contra adversários da família Bolsonaro.

Bênção

Como ressalta o cientista político Alberto Carlos Almeida: qualquer candidatura da direita terá que ter a bênção do ex-presidente. Isto, apesar de Bolsonaro não cansar de mostrar que só confia nele e em seus parentes. “Ele não teve grupo político nem na Câmara”, observa.

União

Petistas e bolsonaristas brigam por quase tudo, mas concordam na rejeição ao aumento do número de deputados federais. A medida, aprovada pelo Congresso e vetada por Lula, é condenada por 84% dos simpatizantes do ex-presidente e por 77% dos que gostam do atual.

Crise com Trump alavanca Lula e desgasta Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

Após registrar os primeiros sinais de recuperação em sua popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também apresentou avanço expressivo nas intenções de voto para a eleição presidencial de 2026. Pesquisa divulgada nesta quinta-feira (17) pela Genial/Quaest mostra o petista liderando em todos os cenários de primeiro turno testados. A rejeição à sua eventual candidatura também recuou: em maio, 66% dos entrevistados afirmavam ser contrários a um novo mandato.

Agora, esse percentual caiu para 58%. Ao mesmo tempo, a parcela da população que apoia sua candidatura cresceu de 32% para 38%.

Do lado da direita, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mesmo ineleável até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e réu em ação penal por tentativa de golpe de Estado, segue sendo o nome mais competitivo do campo conservador.

Nos quatro cenários simulados para o primeiro turno, porém, Lula agora aparece à frente em todos: tem 32% contra 26% de Bolsonaro; 30% contra 19% da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL); 32% diante dos 15% do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e 31% contra 15% do deputado



Joédson Alves/Agência Brasil

Lula aparece à frente em todos os cenários para 2026

federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Segundo turno

O levantamento também traçou oito cenários de segundo turno, nos quais Lula venceria todos os adversários testados — com exceção de um empate técnico. O petista aparece com 43% das intenções de voto contra 37% de Jair Bolsonaro; 43% contra 36% de Michelle Bolsonaro; 41% frente a 36% do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD); 41% contra 36% do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD); 43% a 33% sobre Eduardo Bol-

sonaro; 42% a 33% diante do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); e 42% contra 33% do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). Lula apenas empata tecnicamente dentro da margem de erro de dois pontos percentuais com o governador paulista, por 43% a 37%.

Em comparação com a rodada anterior da pesquisa, divulgada em junho, o presidente Lula melhorou seu desempenho. Naquela ocasião, o petista aparecia tecnicamente empatado em cenários de segundo turno com Bolsonaro, Tarcísio, Ratinho, Michelle e Leite. Agora, pela

primeira vez desde o início da série histórica da pesquisa, em março de 2025, o ex-presidente aparece perdendo para o atual chefe do Executivo em uma disputa de segundo turno.

Tarifaço

Para o diretor da Quaest, Felipe Nunes, os resultados das simulações refletem os efeitos negativos provocados após o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), que ameaçou impor uma tarifa extra de 50% sobre produtos brasileiros. Entre os argumentos utilizados por Trump está a defesa de Bolsonaro em relação à ação penal que ele responde no Supremo Tribunal Federal (STF) por supostamente articular uma tentativa de golpe de Estado em 2022.

“Na pesquisa anterior, ele [Bolsonaro] e Lula estavam numericamente empatados, com 41% cada. Agora, Lula abriu seis pontos de vantagem”, afirmou o cientista político.

Ele acrescentou que o governador de São Paulo também sentiu os efeitos das ameaças de sanções econômicas. No dia do anúncio feito por Trump, Tarcísio de Freitas atribuiu a responsabilidade ao presidente Lula.

Na pesquisa anterior, o paulista estava apenas um ponto atrás do petista. Agora, oscilou negativamente e aparece quatro pontos abaixo.